

## CAPÍTULO IV.1.

### EVOLUÇÃO DA COMUNIDADE CABO-VERDIANA RESIDENTE NO LITORAL LUGUES

Luzia Fernández González

Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro. Portugal

---

#### 1.- INTRODUÇÃO

A Galiza tem sido e ainda é uma terra de emigração. Porém, a chegada de imigrantes à nossa terra tem-se dado de um modo paralelo à saída de pessoas galegas, pelo menos desde os anos 70. Uma das primeiras comunidades imigrantes estáveis na Galiza é a de origem cabo-verdiana, domiciliada no Litoral Lugues a partir do ano de 1977, e hoje fixada nomeadamente na localidade de Burela. Apesar do muito que se tem falado a respeito dela, até ao momento não foi efectuada uma análise pormenorizada da mesma com dados reais; tão somente estimativas de duvidosa credibilidade. Até 1998, no aquando do Projecto BogAvante<sup>1</sup>, não haviam sido recenseadas, de forma eficaz, as pessoas que a compõem, existindo até então dados dispersos, sem uma análise cuidada .

Depois de mais de 25 anos de história, esta comunidade é conhecida na Galiza através da imagem ambivalente dada pelos *mass media*: se por um lado, desde o discurso interessado do poder político autonómico e local, tem sido apresentada como exemplo de integração de comunidades imigrantes por antonomásia (até ao ponto de qualificá-la como “*perfeita*”), por outro lado, ainda que em menor medida, tem aparecido como protagonista de factos truculentos ou delitos, designadamente **pelejas** ou venda de drogas, o que dava a imagem contrária a essa suposta *harmonia*

---

<sup>1</sup> O Projecto BogAvante foi concebido, gestionado e executado pela Plataforma REGAL (Rede Galega de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social), entre Julho de 1998 e Fevereiro de 2000.

*social*, apresentando os seus membros marcados pela sua origem e raça. No início do BogAvante, foram definidas, com a participação activa da comunidade através dum processo IAP, certas necessidades, problemas e discriminações em distintos âmbitos, que colocavam este colectivo imigrante longe dum cenário de integração, e que serão comentadas ao longo deste texto.

Mas antes é preciso determo-nos no conceito de integração, uma vez que o mesmo costuma ser fonte de inúmeros mal-entendidos e interpretações erróneas, contendo frequentemente uma forte carga ideológica. Ainda que não seja o objectivo deste trabalho interpretar as distintas perspectivas que enformam este termo, é necessária uma pequena explicação dos dois conceitos de integração que no caso em análise se confrontavam<sup>2</sup>.

O poder político entende este conceito (que funciona com a força de um mito, graças à sua difusão nos *media*), partindo duma ideia simples, baseada na inexistência de manifestações racistas na sua vertente mais radical: a violência física contra o grupo diferente; a aparência de normalidade. O facto de asseverar a integração da comunidade tem a função de justificar e sustentar o mito de normalidade que o poder sempre alimenta para se manter.

Até ao início do BogAvante, a ausência de sensibilidade e atenção aos problemas, conflitos ou necessidades que provoca a existência duma comunidade imigrante num lugar determinado, diferente culturalmente do colectivo autóctone, estava generalizada nas administrações. Esta ideia de integração é unilinear e assimilacionista, já que não tem em conta mais que a atitude adoptada pelo grupo minoritário. Seguem-se argumentações do tipo: “se @s cabo-verdian@s estão aqui, têm um emprego, uma habitação, as crianças vão à escola e fazem a Primeira Comunhão com as

---

<sup>2</sup> Actas do 9º *Congrés d'Antropologia FAAEE* “Cultura&política”. Simposio nº 9. “Caboverdianos en A Mariña: gestión de un proceso de integración desde la Antropología”. Editado en CD-Rom por el ICA (Institut Catalá d'Antropologia. Barcelona, 2003.

demais, caminham pelas ruas, e ninguém lho-s proíbe ou impede, então é porque *têm que estar integrad@s*". Trata-se dum conceito estático, já que pressupõe que uma vez que @s imigrantes têm uma certa cobertura para viver, e fazem algumas das coisas que o colectivo autóctone adopta, já se pode afirmar a existência da integração.

Uma das coisas que mais nos surpreendeu quando começámos a trabalhar com a comunidade cabo-verdiana foi a palavra com a qual é definida comumente em Burela: *moren@s*. Um eufemismo, baseado na questão racial evidente, que não lhes atribui nada em especial como colectivo nem como indivíduos: nenhum lugar de procedência, nenhuma cultura própria, nenhuma identidade. Apresenta às pessoas como colectivo internamente indiferenciado, como uma espécie de massa informe, utilizando uma estratégia de discurso metonímica. Na altura em que começou o trabalho directo com a comunidade, desde o poder político local se afirmava: "*os morenos estão integradíssimos*".

Ao contrário do acima exposto, o conceito de integração que orientou o Bogavante é dinâmico, já que o considera como um processo, e também multilinear, já que pressupõe que nele estão implicadas duas ou mais comunidades diferenciadas (neste caso cultural e racialmente), e não só o grupo forâneo.

Contém uma dupla vertente: por um lado tem em conta as possíveis discriminações vividas pelo grupo de imigrantes no âmbito da inserção laboral, os direitos de cidadania, e o acesso aos recursos e serviços de bem-estar social.

Por outro lado, atende ao tipo de relações que se constroem entre indivíduos e grupos, neste caso, da sociedade autóctone maioritária e a comunidade imigrante, minoritária. Seguimos o modelo de aculturação de Berry (1980, cit. por Berry, 1989; Berry et al., 1986), aplicável tanto entre indivíduos como entre grupos, segundo o qual, no caso de culturas diferentes em contacto, existem quatro opções possíveis de convivência: integração, assimilação, separação e marginalização. Este modelo está

conceptualizado atendendo a duas questões: a) se o grupo minoritário conserva ou não a sua identidade e características culturais, e b) se se estabelecem e mantêm relações positivas entre as comunidades.

A integração, a partir deste ponto de vista, implica a participação dos sujeitos nas estruturas económicas, políticas e jurídicas da sociedade receptora, sem que este facto implique a perda da identidade de origem, conservando as suas manifestações culturais.

## **2.- OBJECTIVOS E FONTES**

Este trabalho tem um objectivo fundamental: constatar a não integração da comunidade cabo-verdiana no Litoral (zona conhecida como A Marinha) ao longo dos seus 25 anos de existência, guiando-nos pelo conceito de integração anteriormente definido.

Outros dois objectivos mais específicos ajudar-nos-ão nesse caminho: um deles consiste em analisar a realidade actual desta comunidade desde uma perspectiva sincrónica, com dados correspondentes unicamente aos seus componentes no final de 2002. A fonte documental utilizada está constituída por esse censo, actualizado, realizado pela autora, através do conhecimento directo de toda a comunidade e à observação participante realizada durante o trabalho com @s cabo-verdian@s em distintos projectos de integração, desde Setembro de 1998 até Julho de 2001, e ao contacto que hoje perdura.

Mas, desta primeira análise surgem questões no que diz respeito à evolução no tempo da comunidade, tendo variado a sua composição, não só numérica mas também em variáveis como a composição por sexos, idades, gerações, ocupações, etc.

É por isso que o último objectivo deste trabalho é realizar uma pequena reconstrução da sua história desde 1977 até hoje, desde uma perspectiva diacrónica. Para isso temos empregado diversas fontes de informação de uma forma directa mediante a extracção específica para

este fim. Uma importante base documental procede dos diferentes centros de ensino nos quais em determinado momento têm estado ou ainda estão estudantes de origem cabo-verdiana (nos concelhos de Cervo, Foz e Burela). Obteve-se, aliás, informação na Confraria de Pescadores desta última localidade, através da qual se têm inserido laboralmente todos os varões adultos (maiores de 16 anos) até o ano de 1998, e a Capitania Marítima, o Instituto Social da Mariña (ISM) e a Associação de Armadores de Burela (ABSA), desde esse ano até ao presente. Outra fonte de informação importante constituíram-na os recenseamentos eleitorais realizados pela Embaixada de Cabo Verde em Portugal, e, posteriormente, pelo Consulado de Cabo Verde no Estado Espanhol. Para os dados correspondentes a pessoas que já não fazem parte da comunidade, têm-se contrastado os conseguidos nas fontes citadas com a memória das pessoas que levam maior tempo residindo entre nós.

### **3.- CABO VERDE: AS ORIGENS**

O arquipélago de Cabo Verde está formado por 10 ilhas de origem vulcânica, situadas a cerca de 500 Km. da costa ocidental africana, frente ao Senegal, num extremo da zona climática denominada Sahel, extremamente seca.

Uma das características definitórias do país é a sua curta história, que arranca com a chegada de navegantes portugueses, em meados do século XV, que as acharam desabitadas, em plena expansão do seu império. A princípio pensaram em colonizar as ilhas para utilizá-las no aprovisionamento dos navios portugueses, mas dada a extrema secura do clima, e a sua posição estratégica, estas acabaram por se converter num vértice do comércio triangular estabelecido entre Europa, Africa e América, no qual as pessoas africanas se converteram em pura mercadoria no sistema escravagista. Esta situação deu-se durante o século XVI, mercê do estatuto de monopólio comercial com as costas africanas outorgado pela

coroa portuguesa para facilitar e favorecer a colonização. Esta exclusividade comercial desapareceu a partir do século XVII, perdendo-se a relevância no comércio inter-oceânico. Portugal impossibilitou ao longo do seu domínio o desenvolvimento económico do território, dada a sua condição de colónia, utilizando-o como reserva de mão-de-obra para as outras colónias do ultramar, como São Tomé ou Angola, ricas em matérias primas<sup>3</sup>.

O povoamento das ilhas, realizado com escrav@s e uma minoria de homens brancos, provocou processos que determinaram a estrutura social, criando-se uma nova sociedade, mestiça, detentora de uma cultura diferenciada, sincrética em elementos africanos e europeus.

Dada a extrema pobreza do território, sujeito a períodos cíclicos de secas e terríveis fomes, a emigração da população para outros países e continentes iniciou-se em finais do século XVII, numa corrente imparável que chega até aos nossos dias, em que dois terços d@s cabo-verdian@s estão na diáspora da emigração, constituindo esta uma espécie de país “transnacional”, em que as genealogias se disseminam entre diversos estados e continentes.

No Estado Espanhol existem na actualidade várias comunidades desta origem, ascendendo o número de residentes a umas 15.000 pessoas, segundo o Consulado de Cabo Verde em Madrid. A sua chegada ao país enquadrou-se num processo de grande mobilidade de trabalhadores cabo-verdian@s através da Europa, que fugiam da fome e miséria das secas. Desde finais dos anos 60, as ilhas viveram o maior êxodo da sua longa história de emigração, que foi alentada por Portugal no final da ditadura, e deu origem à que hoje é uma das maiores comunidades na diáspora.

Mas Portugal foi, além de destino migratório, a principal porta de entrada para outros destinos europeus mais atractivos economicamente.

---

<sup>3</sup> Para mais informação, ver [www.culturagalega.org](http://www.culturagalega.org), edição do 10/07/02. “Documentos de contexto sobre a comunidade caboverdiana de Burela”. Doc. 1 (“Cabo Verde. Tan lonxe, tan perto”).

Nos anos 70, dentro do território espanhol, onde alguns destes imigrantes em movimento se encontravam após tentar *passar* infrutiferamente para França ou Holanda de forma ilegal, o trabalho dos cabo-verdianos era realizado em explorações mineiras (Bierzo e Laciana), ou nomeadamente em grandes obras de construção civil, como barragens (Badajoz), centrais térmicas (Andorra-Teruel), auto-estradas (Pais Basco), ou fábricas, como é o caso de Alúmina-Alumínio na Marinha Luguesa, que propiciou a chegada dos primeiros homens na altura da sua montagem, em 1977.

Na actualidade, os núcleos mais importantes situam-se em Madrid (corrente baseada no trabalho das mulheres no serviço doméstico), Zaragoza, zona Mineira de León (Bembibre, Villablino), e na Marinha (baseadas no trabalho masculino em diversos sectores). Entre estes núcleos existem importantes laços de parentesco e amizade.

#### **4.- COMPOSIÇÃO DA COMUNIDADE NA ACTUALIDADE**

Em finais de 2002, que tomaremos como limite temporal da compilação de dados, a comunidade estava composta por 194 pessoas, de 0 a 80 anos de idade. A maior parte destas convive em grupos domésticos baseados na família nuclear, embora existam outros baseados em relações de parentesco de tipo mais extenso, ou na necessidade de partilhar as despesas domésticas, como é o caso da convivência entre homens, nomeadamente jovens recém chegados. É rara a existência de famílias monoparentais com uma mulher à frente, ou de coabitação de mulheres juntas, já que o estatuto destas é como filhas ou esposas.

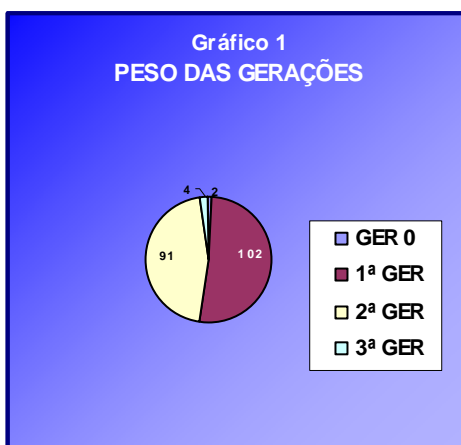
##### **4.1. As gerações**

À hora de analisar a composição actual da comunidade, há que tomar em consideração a coexistência de pessoas pertencentes a diferentes gerações, definidas não em relação à idade, mas ao motivo da sua

presença entre nós. No nosso censo encontramos pessoas pertencentes a quatro diferentes grupos:

A 1ª geração está composta por homens e mulheres, tod@s nascid@s em Cabo Verde, ou outras ex-colónias portuguesas (caso de São Tomé e Príncipe), que emigraram exclusivamente para trabalhar, ou como cônjuges dentro de processos de reagrupamento familiar. É a origem de toda a comunidade, sendo a mais numerosa. Dentro deste grupo existem diferenças etárias importantes (dos 20 aos 62 anos no caso dos homens; de 21 a 53 no das mulheres), correspondendo as pessoas mais jovens às que chegaram na revitalizada corrente migratória a partir do ano 1999, que em muitos casos por idade estão mais perto da geração seguinte.

A 2ª geração está formada pelos filhos e filhas das pessoas que compõem a primeira, nascidas dentro do processo migratório da sua família ou, aliás, com anterioridade ao início deste. Dentro deste grupo, as diferenças etárias vão dos 0 aos 31 anos. Devemos destacar que neste grupo não se contabilizam @s filh@s de cabo-verdian@s residentes, vind@s em idade de trabalhar, em muitos casos com cargas familiares no país de



origem.

No gráfico nº 1 pode-se ver o peso quantitativo de cada uma das gerações, tendo a primeira e segunda quase a totalidade, já que representam 98% da comunidade.

A 3ª geração, que é mínima em termos quantitativos, está formada pela descendência de, pelo menos, uma pessoa pertencente à 2ª geração de origem cabo-verdiana.

Por último, a geração 0, ainda mais limitada em número, está formada por ascendentes das pessoas da 1ª, de avançada idade. No caso que em apreço, não é habitual a residência estável destas pessoas, embora frequentemente realizem visitas temporais.

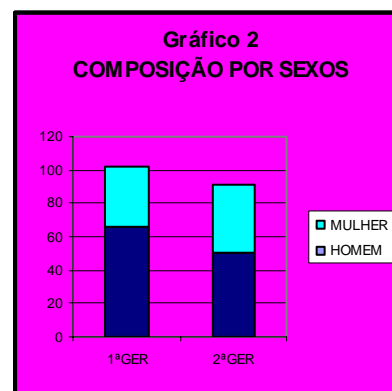


## 4.2.- Composição por sexos

Quanto à composição, atendendo ao sexo, deparamo-nos, no global, com uma maior percentagem de homens. Isso deve-se a que esta corrente migratória esteve sempre baseada no trabalho masculino, como se verá mais adiante.

Em consequência, a maior masculinização dá-se na 1ª geração, a que emigrou exclusivamente para trabalhar. Nos últimos 3 anos essa masculinização tem-se acentuado, graças à revitalização do fluxo migratório, que levou à chegada de 33 homens entre 2000 e 2002, frente a 7 mulheres.

No caso da 2ª geração dá-se um maior equilíbrio entre ambos os sexos, sendo ligeiramente superior a componente masculina, devido provavelmente a uma preferência pelos filhos varões no caso d@s crianças e jovens imigrantes, já que serão quem maior oportunidades terá de atingir um trabalho “rendível” na terra de acolhimento.



## 4.3.- Procedência

Dentro do grupo não só temos pessoas nascidas em Cabo Verde, mas também noutros países, como São Tomé e Príncipe (na altura que era colónia portuguesa), ou Portugal, antiga metrópole, e por último, Espanha. Portanto, temos pessoas de nacionalidade cabo-verdiana, portuguesa e espanhola, facto que nem sempre está ligado ao país de nascimento.

Como já foi referido, toda a 1ª geração é nativa de Cabo Verde ou São Tomé, ocorrendo o mesmo com a geração 0. No entanto, as quatro crianças da 3ª nasceram na Galiza.

No caso intermédio encontra-se a 2ª geração, a qual nasceu em todos estes países, excepto São Tomé.

Quase todas as pessoas vindas de Cabo Verde que residem na Marinha são naturais da Ilha de Santiago, a maior e mais populosa do arquipélago. De entre as ilhas de Cabo Verde, esta foi a primeira a ser colonizada, tendo servido, na época, como entreposto do comércio de escrav@s. É, aliás, onde se percebe mais claramente a herança cultural e racial da mãe África. As pessoas de Santiago são chamadas de *badias* pelo resto da população cabo-verdiana.

Dentro da ilha, as procedências geográficas centram-se na costa Oeste, de Norte a Sul, nomeadamente os Concelhos de Santa Catarina, Praia Rural e Tarrafal. Localidades como Portomosquito ou Porto Rincão contribuem com uma alta percentagem do total. Este facto implica a existência dumas sólidas redes migratórias fundamentadas principalmente nos laços familiares. As relações de parentesco ligam a comunidade residente através das suas relações interpessoais, que maioritariamente se desenvolvem de forma endogâmica, constituindo aliás a mais importante via de eleição de nov@s imigrantes.

## **5.- OS HOMENS E O MAR**

### **5.1.- Os Pioneiros: da construção à pesca**

A presença cabo-verdiana na Marinha dá-se desde o início dentro duma corrente migratória baseada no trabalho masculino. Num primeiro momento, durante os anos 77 e 78, estiveram a trabalhar na montagem da fábrica de Alúmina, e a partir desse ano, na pesca de altura.

Uma vez finalizada a construção deste complexo industrial, os cabo-verdianos, que ultrapassavam os 100 indivíduos, não foram aceites como trabalhadores estáveis, sofrendo uma clara discriminação laboral no que diz respeito aos trabalhadores espanhóis. O grupo estava composto quase unicamente por homens, que residiam maioritariamente em Foz, Cangas

de Foz e São Cibrão. Perante a falta de trabalho, a maioria deles, sem cargas familiares consigo, re-emigrou para outros lugares com similares ofertas de trabalho, continuando essa permanente mobilidade à procura de um lugar para trabalhar.

Paralelamente, o início da actividade industrial na fábrica provocou na comarca uma importante movimentação de mão-de-obra autóctone procedente do sector primário (pesca, agricultura e actividades florestais) ao secundário, provocando necessidade de marinheiros no porto de Burela, em período de expansão.

O primeiro engajamento de um marinheiro cabo-verdiano data de 1978. Esta incorporação na frota burelesa foi lenta e com altos e baixos durante os primeiros anos. Em pequena quantidade, no período que vai



até 1984 (como se pode ver no gráfico 3, com os dados recolhidos anualmente), foi integrando-se nas tripulações dos barcos o pequeno grupo dos cabo-verdianos que ainda não tinham ido embora. Se a

comunidade se geriu e depois se assentou definitivamente na Marinha, não se deveu mais que ao facto de ter-se convertido os homens, pela segunda vez no mesmo lugar, em mão-de-obra imprescindível, embora desta vez noutra sector. A não ser assim, teriam partido à procura doutras formas de subsistência .

A partir dessa altura, o desenvolver da economia portuária de Burela e a demanda de marinheiros para a pesca de altura determinou a evolução e composição da comunidade, uma vez assentada.

## **5.2.- Anos 80: o assentamento de famílias**

Nos anos 80, a possibilidade de trabalho para os homens levou ao assentamento de uma parte deles, iniciando processos de reagrupamento familiar, naquela altura pouco complicados, que provocaram a passagem de uma comunidade composta fundamentalmente por elementos masculinos, a uma composição maioritariamente de tipo familiar, o que até hoje tem constituído um factor de permanência nesta área geográfica.

Quanto mais avançada esta década, maior presença se deu de assentamento com base na estrutura familiar. O número de pessoas e famílias de origem cabo-verdiana que passaram pela zona constitui até agora uma incógnita, a qual esperamos poder vir a revelar através da análise pormenorizada dos dados obtidos no trabalho de campo. Porém, a priori, pode-se afirmar que na segunda metade dos anos 80 a comunidade aumentou consideravelmente com famílias inteiras procedentes na sua maioria de Portugal, que buscavam melhorar a sua situação. O número de marinheiros inscritos passou de 20 em 1981, a mais de 60 doze anos depois.

### **5.3.- A crise dos 90**

A década dos 90 iniciou-se dentro da tendência de crescimento lento e constante que se iniciara em 1978. Mas, a partir de 1993, a campanha de desmantelamento de barcos como consequência das políticas de reconversão e modernização da frota, deu lugar a períodos de escassez de postos de trabalho nos barcos de altura. Ao ser o mar a única opção laboral para os homens cabo-verdianos, este facto propiciou uma nova re-emigração, nomeadamente para Zaragoza, o que levou a que se produzisse pela segunda vez um saldo negativo (mais saídas que entradas de imigrantes desta origem), na evolução quantitativa da mesma, como sucedera no momento de finalizar a construção da fábrica. Mas se em 1978 eram os homens que re-emigravam, na segunda metade dos anos 90 estiveram envolvidas famílias inteiras e não só homens.

Com os dados de que dispomos, pode-se calcular que, no mínimo umas 100 pessoas abandonaram o Litoral em apenas 6 anos (99/93). Em finais de 1998 residiam na zona cerca de 40 famílias, umas 140 pessoas.

Nestes anos começou a incorporação de jovens varões de 2ª geração ao trabalho no mar, já que uma boa parte deles segue a mesma rota de inserção no mercado laboral que os seus pais.

#### **5.4.- A revitalização do novo século**

Finalmente, no período 2000/2002 revitalizou-se esta corrente migratória, coincidindo novamente com um momento de necessidade de mão-de-obra no porto de Burela, dando-se a maior entrada de novos trabalhadores na história da comunidade, que coincide com a chegada de um novo colectivo de imigrantes: os marinheiros peruanos, que hoje ultrapassam, pelo menos, a metade dos cabo-verdianos. Mas o processo de chegada destes trabalhadores é muito diferente daquele que estamos a analisar, já que é a própria organização de armadores (ABSA), a que se ocupa da tramitação das suas licenças de residência e trabalho. Até o momento, a estrutura de assentamento desta nova comunidade é fundamentalmente de tipo masculino, sem mulheres nem segunda geração.

Na revitalização do fluxo não estão unicamente envolvidos homens, já que se está a dar um aumento quase paralelo de mulheres e crianças chegadas do arquipélago dentro de novos processos de reagrupação familiar, agora com fortes restrições legais e elevados custos económicos, que se venhem a engadir aos custos psicológicos e emocionais derivados de todo processo migratório.

No fim de 2002 estavam inscritos no porto de Burela 79 marinheiros cabo-verdianos, 81% dos quais da 1ª geração, e o resto da 2ª. 100% dos homens adultos continuava a trabalhar no mar.

Através do gráfico 4 podem-se apreciar estas etapas e os pontos de inflexão em 1993 e 1999. O gráfico mostra a evolução do número de marinheiros inscritos na Confraria de Burela, e posteriormente através de ABSA, recolha efectuada de três em três anos. Ou seja, os dados que se utilizaram correspondem aos marinheiros legalmente incluídos nalgum barco associado às mesmas. Há que considerar que uma pequena parte dos barcos que têm empregado mão-de-obra cabo-verdiana não se adscvem a estes organismos, e também que nem sempre as condições de trabalho foram as melhores nem as legais, facto que pode levar a que o número real possa ser algo mais elevado, mas não de forma significativa.



A evolução do número de marinheiros no activo é fundamental para tentar reconstruir a comunidade no tempo, já que na sua condição de cabeças de família determinam a

chegada de mulheres e crianças.

## 6.- AS MULHERES E A TERRA

As mulheres cabo-verdianas de 1ª geração costumam chegar dentro de processos de reagrupamento familiar, como cônjuges, sendo excepcional a sua chegada sozinhas. O seu papel principal é o de sustentar a estrutura familiar-doméstica, dentro da qual exercem um papel chave como educadoras da segunda geração. Além de alimentar e cuidar das suas famílias, são as portadoras e transmissoras de cultura *badia*. Poder-se-á, a título de exemplo assinalar que o crioulo é a língua materna de toda a 2ª geração, independentemente do seu lugar de

nascimento, com o qual é patente a sua atitude positiva para a manutenção da sua identidade cultural.

Esta função das mulheres foi aproveitada pelo BogAvante, dando uma projecção pública ao labor que transmitem no privado. O resultado mais visível desta nova imagem é o grupo “Batuko Tabanka”, com o qual um grupo destas mulheres está a dar a conhecer uma das manifestações culturais de Santiago de Cabo Verde por toda a Galiza.

Uma questão que as diferencia de outras cabo-verdianas na diáspora é o facto de serem mulheres de maridos ausentes a maior parte do ano. É como se o mar significasse uma nova emigração que as separa dos seus companheiros durante meses e meses ao longo do ano. Esta ausência masculina tem-lhes possibilitado, e mesmo obrigado, a uma maior presença na vida social, dando-se uma mudança de papel no que diz respeito à sua vida em Cabo Verde, onde, regra geral, as mulheres casadas têm no seu dia-a-dia, um campo de acção mais restrito do que aquelas que aqui se encontram. De facto, na Marinha são as mulheres, desde há bastantes anos, que representam colectivamente a comunidade, através da Associação TABANKA, que se revitalizou com a chegada do BogAvante, depois de 10 anos de inactividade.

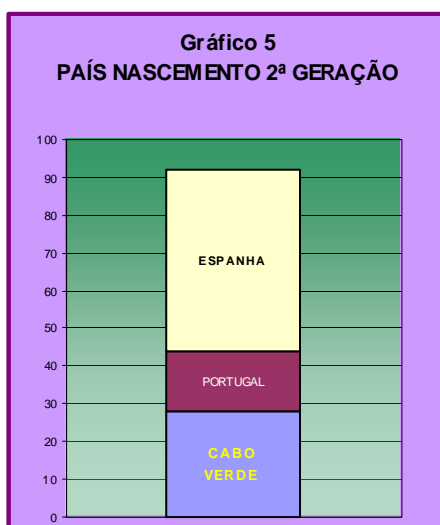
O trabalho das cabo-verdianas fora de casa é um fenómeno que surgiu logo no início, ainda que nem todas tenham acedido ao mercado laboral. No caso daquelas que o fizeram, a inserção tem-se dado sempre nos postos mais baixos da escala laboral, com alto grau de precariedade, temporalidade e exploração: a sua actividade profissional desenvolve-se ao nível do serviço doméstico e do cuidado de pessoas, a hotelaria de temporada, e a recolha de algas na ribeira do mar. Uma boa parte delas pratica a agricultura em terreos alugados, o que facilita a presença cotiã da gastronomia badia nos seus fogares, baseada no milho. O trabalho nas hortas realiza-se frequentemente por médio do *djuntamon*, sistema de entre-ajuda comum na sua terra.

Estas mulheres foram em muitos casos “obrigadas” pelo sistema legal a trabalhar dentro da economia “subterrânea”, já que as suas licenças de residência dependiam da licença dos seus maridos, e essas licenças não as autorizava a trabalhar legalmente. Em 1998 apenas uma *badia* tinha licença de trabalho, estando o resto das que tinham um “emprego” na economia informal. A visão machista que têm as autoridades a respeito das imigrantes, como mero complemento dos seus homens, tem causado inúmeros problemas, nomeadamente a impossibilidade de se inscreverem nos centros de emprego no serviço público, ou a renovação da sua documentação sem depender do marido ou companheiro, o que dava lugar a uma clara discriminação no acesso ao mercado laboral e aos recursos sociais, e a graves problemas no caso de separação do casal.

## 7.- A SEGUNDA GERAÇÃO

Como já se indicou antes, neste grupo convivem crianças e jovens de diferentes locais de nascimento e nacionalidade.

Por um lado, está o grupo proveniente de Cabo Verde em processos de reagrupamento familiar, que nalguns casos, nomeadamente os que chegaram nos anos 80, tem residido noutros lugares antes de chegar aqui.



Por outro, está o grupo d@s que nasceram em Portugal, onde anteriormente residiam muitas famílias. Nestes dois casos de emigração infantil enquadra-se quase a metade da 2ª geração.

Por último, está o grupo d@s nascid@s no Estado Espanhol, não só na Marinha mas também noutras zonas de residência de comunidades cabo-verdianas. Ainda que se tenha insistido na suposta integração da



comunidade, há que lembrar que todas as pessoas de 2ª geração nascidas em Espanha foram legalmente apátridas até 1999. Este facto deveu-se tanto à falta de atenção ao colectivo como ao racismo institucional, o que os impedia o gozo de direitos legais e recursos sociais, sendo cidadãos de segunda classe.

É interessante referir que dentro deste colectivo de *filh@s*, ninguém o é de casais mistos, existindo casos excepcionais, nos quais normalmente a parte autóctone não é proveniente da zona. Este é um claro indicador, desde o nosso ponto de vista, da ausência de relações interpessoais “normalizadas” entre o colectivo autóctone e imigrante depois de 25 anos. Aliás, mesmo quando nos referimos aos descendentes da 2ª geração, que em princípio têm mais relações interpessoais fora da comunidade, também não encontramos casos de mistura racial. A 3ª geração está composta por *filh@s* de jovens exclusivamente de origem cabo-verdiana. O grupo de jovens, nas suas relações de amizade, e mesmo amorosas, segue maioritariamente um padrão endogâmico. Um passeio por Burela num sábado à noite poderá comprovar este facto.

O mundo escolar também nos pode servir de indicador da realidade social deste colectivo. A sua presença na escola deu-se desde o ano lectivo de 80/81, tendo passado pelos centros de ensino da zona pelo menos 114 crianças e jovens. Até hoje só dois jovens concluíram o ensino secundário, tendo a primeira entrada na Universidade de um descendente de *badi@s* acontecido no curso de 2003/04. Com base nestes dados, podemos falar de um claro caso de insucesso escolar.

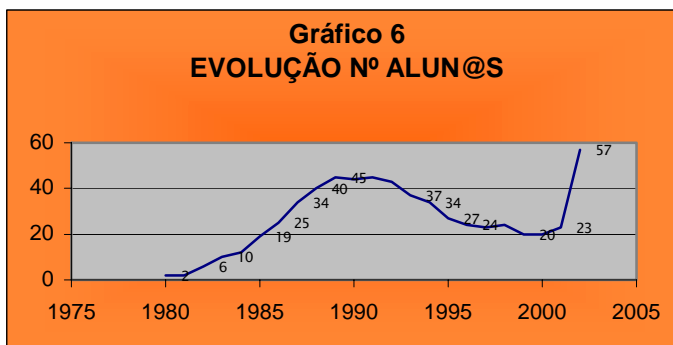
Têm sido várias as problemáticas vividas pelo grupo a nível escolar, apresentando em geral um baixo rendimento e muitos casos de abandono no fim da escolaridade obrigatória, sem obter sequer a titulação em Primária. Neste sentido, a recente ampliação da obrigatoriedade até os 16 anos tem propiciado uma maior permanência que anteriormente.

Ao terem formado parte dos processos migratórios familiares, em muitos dos casos deu-se uma grande mobilidade de escola a escola entre distintas zonas de residência, aliás entre distintos países.

A segunda geração vive uma situação linguística de triglósia (crioulo-língua mãe, galego e castelhano), em que as três línguas que se usam e conhecem, melhor ou pior, estão diferentemente valoradas, ocupando a língua materna o último posto nessa valoração subjectiva.

Ainda assim, a segunda geração vive entre duas realidades culturais: a da casa e da comunidade, *badia*, que se situa no âmbito privado; e a da rua, escola, televisão, etc., espanhola ou galega, no âmbito público. Isto dá lugar a conflitos identitários, nos quais a variável raça também desempenha um papel importante.

Até praticamente o ano de 2000 o colectivo não foi objecto de qualquer interesse específico e especializado por parte das entidades competentes, ainda que alguns profissionais do ensino tenham trabalhado a nível individual. A cultura cabo-verdiana nunca teve reflexo na escola até essa altura. Mesmo assim, as crianças e jovens não contam com nenhuma referência intelectual da sua



raça ou cultura, já que todas as pessoas adultas são imigrantes económicos, geralmente com baixa qualificação, o que não lhes permite ajudar os filhos e filhas nos estudos.

No gráfico nº 6 pode-se constatar a importância quantitativa da população estudantil de origem cabo-verdiana ao longo do tempo. As suas oscilações coincidem perfeitamente com os números constantes dos gráficos em que figuram os seus pais.

Para finalizar este tema, um apontamento no que se refere às ocupações da 2ª geração. Das 91 pessoas que a formam, uma parte já

atingiu a idade de inserção no mercado de trabalho, sucedendo até agora que encontrem praticamente as mesmas dificuldades que as suas mães, no caso das raparigas, e que os seus pais, no caso dos rapazes.

## **8.- CONCLUSÕES**

A aproximação à comunidade de origem cabo-verdiana, residente na Marinha de Lugo ao longo de 25 anos de vida, leva-nos a constatar a inexistência de integração, desde o ponto de vista do conceito proposto por Berry. Esta afirmação, que contradiz o discurso emitido pelo poder, sustenta-se nos seguintes pontos:

- A inserção laboral do colectivo dá-se, no caso dos homens, num único nicho laboral: a pesca de altura, que segundo um estudo realizado pelo Ministério de Trabalho do Estado Espanhol, é um sector no qual os períodos de descanso na jornada diária não ultrapassam 4 ou 5 horas continuadas, sendo hoje o ofício mais perigoso na U.E. (a possibilidade de que um marinheiro sofra um acidente mortal ao longo da sua vida laboral é de 3%, elevando-se a 50% no caso de acidentes graves)<sup>4</sup>. No caso das mulheres, essa inserção dá-se em trabalhos sujeitos a uma grande precariedade, temporalidade e exploração. Em ambos os casos, estas pessoas vêm ocupando determinados nichos laborais não desejados pela população autóctone.
- A nível das estruturas jurídicas, têm existido diferentes discriminações, que afectam nomeadamente o colectivo feminino e a segunda geração. No primeiro caso, as mulheres são vistas pelas autoridades como um complemento de seus maridos e não como seres independentes, impedindo-se-lhes participar plenamente do

---

<sup>4</sup> La Voz de Galicia, 22/09/03, pag.23.

sistema legal de trabalho e condenando-as a mover-se dentro da economia submergida. No caso da 2ª geração, tem-se discriminado durante muitos anos todo o grupo nascido em território espanhol, que ficou numa situação de irregularidade no que se refere à sua situação de nacionalidade.

- A nível de acesso aos recursos de bem-estar do Estado, as discriminações anteriores impediam o uso de uma boa parte destes, não existindo em Burela nenhuma família que usufruisse dos Serviços Sociais locais na altura de início do Projecto BogAvante.
- Na escola, se olharmos para o colectivo de 2ª geração na sua globalidade, encontramos um baixo rendimento assim como inúmeros casos de abandono no fim da escolaridade obrigatória, o que é um sintoma inequívoco de que as coisas não vão bem. A inserção no mundo escolar não tem significado, em si mesmo, a integração do colectivo.
- Quanto à conservação da cultura de origem pela comunidade, naquela altura o modelo seguido maioritariamente era o de separação, já que @s cabo-verdian@s mantinham a sua identidade e manifestações culturais, mas só no âmbito privado, sem partilhá-la com o resto, que também não mostrava nenhum interesse nesta matéria.
- No âmbito das relações com o resto da sociedade, se utilizarmos como indicador a ausência de casais ou pares de tipo misto, praticamente inexistentes em todo este tempo, vemos que não têm ido além daquelas que são próprias do local de trabalho, sem chegar a outras mais profundas, como as de amor ou amizade.

Alguns destes problemas encontraram uma solução durante o BogAvante, mas outros precisam de um trabalho mais continuado, a médio e longo prazo. Actualmente, está-se a desenvolver outro tipo de

trabalho com esta comunidade, que segue a definição unilinear e simples que apregoa o poder, após o governo municipal e autonómico ter logrado afastar a REGAL (e a sua metodologia de intervenção) do trabalho com o colectivo em 2000, e a esta trabalhadora em 2001. A partir dessa altura, a comunidade é utilizada novamente como exemplo da “integração perfeita” de imigrantes na Galiza.

**BIBLIOGRAFIA**

- ARQUIVO HISTÓRICO NACIONAL (VV.AA.), 1998, *Descoberta das Ilhas de Cabo Verde*. AHN Praia – SÉPIA París.
- BETTENCOURT, Fátima, 1998, “A Idiossincrasia Cabo-verdiana”. CULTURA, nº 2, Praia.
- BERRY, J., Trimble, J., Olmedo, E. 1986. “Assessment of acculturation”. In W. L. Lonner&Berry (Eds), *Field methods In Cross-Cultural Research* (vol. 8). Londres: Sage Publications.
- BORJA, Orlando, 1998, “A Segunda Geração de Imigrantes Cabo-verdianos em Portugal: Processo de Inserção Social”. CULTURA, nº 2, Praia.
- CARREIRA, Anselmo, 1977, *Cabo Verde. Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*. Lisboa: Ulmeiro.
- CARREIRA, Anselmo, 1983, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Praia: Instituto Caboverdeano do Livro.
- GURAK, Douglas y CACES, Fe, 1998, “Redes Migratorias y la Formación de Sistemas de Migración”, em *Cruzando Fronteras. Migraciones en el Sistema Mundial*. Barcelona: Icaria.
- JIMENEZ JULIÁ, Eva, 1997, “Unha revisión crítica das Teorías Migratorias desde a Perspectiva de Xénero”. ESTUDIOS MIGRATORIOS, nº 5, Compostela.
- LOPES FILHO, Joao, 1995, *Cabo Verde. Retalhos do Quotidiano*. Lisboa: Editorial Caminho.
- LOPES FILHO, Joao, 1996, *Ilha de Sao Nicolau. Cabo Verde. Formação da sociedade e mudança cultural*. Praia: Editorial do Ministério da Educação.
- MARTÍNEZ VEIGA, Ubaldo, 1997, *La integración social de los inmigrantes extranjeros en España*, Madrid: Editorial Trotta.
- MONTEIRO, César Augusto, 1997, *Comunidade imigrada. Visão Sociológica. O caso da Itália*..Sao Vicente: Gráfica do Mindelo
- NOBRE MONTEIRO, Vladimir, 1995, *Portugal/Crioulo*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro e do Disco.
- PEREIRA, Daniel, 1998, “A Cultura Cabo-Verdiana no Processo de Integração das Comunidades Emigradas”. CULTURA, nº 2, Praia.